

# **Palestrantes defenderam a efetividade do controle externo e a transparência nas informações passadas à sociedade.**

01/09/2009

A efetividade do controle externo como subsídio para as atividades de comunicação foi tema das palestras proferidas pelo ministro substituto do Tribunal de Contas da União, Marcos Bemquerer, e pelo corregedor-geral do TCE de Mato Grosso, conselheiro Valter Albano, na abertura do 1º Seminário de Comunicação dos Tribunais de Contas de Brasil.

O evento, realizado na semana passada em Cuiabá, Mato Grosso, foi promovido pelo TCE-MT com apoio do Instituto Rui Barbosa - IRB, da Associação Nacional dos Membros de Tribunais de Contas (Atricon) e da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom).

Segundo o ministro, o aperfeiçoamento das auditorias e a competência dos profissionais de comunicação são fundamentais para a melhoria da imagem dos tribunais de contas.

“Os trabalhos precisam ser feitos com qualidade, necessariamente baseados nos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, eficácia e efetividade”, enfatizou Bemquerer.

O presidente do Instituto Rui Barbosa, conselheiro Salomão Ribas (TCE-SC) discorreu sobre a Política Nacional de Comunicação dos Tribunais de Contas da União, Estaduais, Municipais e Distrito Federal.

Ribas informou que na área da comunicação os tribunais de contas estão sujeitos ao princípio da publicidade, entretanto, a partir do conceito transparência introduzido na legislação brasileira, é preciso apresentar a sociedade informações tempestivas, claras e precisas para a efetividade do controle social.

“Por tudo isso, é indispensável que haja uma política de comunicação que defina princípios, limites, metas a serem atingidas, público alvo, que deixe claro qual é o nosso negócio,

conselheiro.

A coordenadora de Comunicação do Tribunal de Contas da União - TCU, Karla Cristina de Oliveira Ferreira, alertou durante o seminário que atuar com ética e transparência é uma questão de sobrevivência para as instituições.

De acordo com a coordenadora, o cenário atual não só exige novas tecnologias de comunicação, como também equipes multifuncionais e interdisciplinares.

“Não basta ser, temos que parecer confiáveis, disse a jornalista, lembrando que instituição deve realizar com eficiência o seu trabalho, para que a área de comunicação possa mostrar os resultados para a sociedade”.

Para isso, ela destaca a importância do planejamento e de uma linguagem unificada e compreensível ao cidadão.

“Burocracia atrai crise”. A afirmação foi feita pelo professor e jornalista João Forni, durante o 1º Seminário de Comunicação dos Tribunais de Contas do Brasil.

Segundo uma pesquisa americana apresentada por João Forni, 64% das crises em instituições públicas ou privadas ocorrem

porque os sinais de alerta sobre riscos potenciais são ignorados.

Os dados são o resultado de uma coleta de informações feita por uma empresa que analisou crises ocorridas em todo o mundo entre os anos de 1999 e 2008.

“Os administradores de qualquer tipo de instituição precisam ter consciência que a demora ou a omissão no fornecimento de informações pode ser fatal em um momento de crise”, afirmou Forni.

**FORTELECIMENTO E INTEGRAÇÃO** - Os tribunais de contas brasileiros, através do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios – PROMOEEX, vêm desenvolvendo ações com vistas ao fortalecimento do sistema de controle externo como instrumento de cidadania.

Neste contexto estão sendo desenvolvidas múltiplas iniciativas de integração entre os tribunais e seu público estratégico.

O 2º Encontro Técnico IRB-PROMOEEX: comunicação e relações institucionais, realizado em outubro de 2008, em Belém, foi um evento de grande relevância para o início do desenvolvimento de trabalhos voltados para a construção coletiva da Política Nacional

de Comunicação, que envolve ações compartilhadas entre os tribunais, bem como ações de âmbito nacional.

A Política Nacional de Comunicação tende a ser medida por dois conceitos, o Direito de Acesso à Informação e o Sistema de Integridade Nacional.

No primeiro, os tribunais deverão tratar a informação pública de maneira transparente, respeitando aquelas informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade.

Já o segundo conceito, trata sobre a tentativa de identificar mais claramente os elementos dos sistemas políticos voltados para garantir a integridade do controle da corrupção.

A Política Nacional de Comunicação, sugerida como forma de motivar debates e ações, além de contemplar o objetivo da comunicação para e entre os tribunais, estabelece diretrizes norteadoras, e o alinhamento e aprimoramento da comunicação, por meio da coordenação da execução dos produtos estabelecidos no PROMOEX.

E será efetivada por meio de ações, como a elaboração e implantação de plano estratégico de comunicação, criação da gestão das ações da área de comunicação, estabelecimento de

entre outras.

O fortalecimento da comunicação propõe melhorar a percepção das instituições e grupos sociais relevantes sobre a contribuição dos tribunais para a efetiva, transparente e regular gestão de recursos públicos.